



GT 75. Retomadas e re-existências indígenas e negras

Coordenador(es):

Cauê Fraga Machado (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sandro José da Silva (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Sessão 1

Debatedor/a: João Daniel Dorneles Ramos (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 2

Debatedor/a: Luiza Dias Flores (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Sessão 3

Debatedor/a: Sonia Regina Lourenço (Universidade Federal de Mato Grosso)

A antropologia vem tradicionalmente tratando territorialidades negras, quilombolas e indígenas – especialmente do Nordeste – nas chaves analíticas da invenção da tradição, da etnogênese, da fricção interétnica, da reminiscência e da plasticidade identitária. Esses conceitos, além de estarem, na maioria das vezes, atrelados a relação desses coletivos com o Estado-nação, privilegiam apenas as relações políticas entre agentes humanos. Etnografias mais contemporâneas, vêm apresentando dados nos quais categorias nativas como as de retomada e resistência – não apenas como reagente, mas como re-existir – territorial e existencial, quando tomadas como conceitos descrevem diferentes vínculos entre actantes dos mais diversos modos de existência. Esses entes produzem reflexões cosmopolíticas e modos de agir com (ou contra) o Estado-nação de modos antes insuspeitos. Não pela via da memória ou da prova, mas pela cosmologia e relacionalidade estendida a todos existentes, recupera-se algo dado como perdido, inexistente. São “identidades” e territorialidades que sempre existiram, mas estavam aguardando momento propício para se realizar, retomando terras, práticas, contato com seres, objetos, linguagens sem que essas nunca tenham sido perdidas de fato. Nesse GT, privilegiaremos trabalhos etnográficos e reflexões teóricas acerca desse novo cenário no qual indígenas e coletivos negros reclamam sua existência.

A ocupação quilombola: ?receita de resistência? do Território de Mãe Preta

Autoria: Luiza Dias Flores (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

O intuito dessa apresentação é recuperar parte do material que derivou minha tese de doutorado junto à Comunidade Kilombola Morada da Paz, também conhecida como Território de Mãe Preta, situado na zona rural do município de Triunfo/RS. A Morada da Paz é uma comunidade quilombola, tal como se autodefine, composta majoritariamente por mulheres negras e regida e orientada por uma série de entidades espirituais, com principal destaque à mãe e ao pai da comunidade: uma preta-velha, Mãe Preta, e um exu, Seu Sete. Surgida no início dos anos 2000, foi fundada por um grupo de amigas e amigos, moradores de Porto Alegre e da região metropolitana, através da orientação das entidades, sobretudo de Mãe Preta. O objetivo dessa apresentação é trazer o potente conceito de ocupação criado pela comunidade, na encruzilhada entre os conceitos de ocupação dos movimentos sociais ? sobretudo territoriais e de reivindicações políticas - e de ocupação elaborado pelo Batuque do Rio Grande do Sul ? quando o Orixá se manifesta na filha-de-santo, ou seja, quando ?o Orixá ocupa seu cavalo?. O conceito de ocupação apresentou-se para mim no contexto em que a comunidade abrigava em seu território um antigo coletivo negro de Porto Alegre, que, em uma conversa, estabelecia uma diferenciação entre os modos de vida dos grupos em diálogo. Para o grupo visitante, a Morada era um coletivo "espiritual", enquanto eles consideravam-se um coletivo "político". Foi



neste momento que uma das mais velhas da comunidade afirmou serem também um coletivo político, pois "trabalham com a ocupação". A partir disso, coloco em diálogo a criação deste conceito com os conceitos de ?reclaim? (traduzido como reativar), desenvolvido pelas bruxas neo-pagãs estadunidenses, e o conceito de ?retomada?, elaborado pelos Tupinambá da Serra do Padeiro. Argumento que ocupar, reativar e retomar são ?receitas de resistência? e, por isso mesmo, são impossíveis de serem englobadas por alguma teoria generalizante. Contudo, apresentam entre si algumas conexões (parciais) e fornecem potentes proposições cosmopolíticas.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: